

PSICOLOGIAS INDÍGENAS E BEM VIVER: RELAÇÕES DE CUIDADO NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

Tauana Cristina Santana¹
 Rafael Ademir Oliveira de Andrade²
 Estevão Rafael Fernandes³

RESUMO: A Pandemia da COVID-19 vitimou milhares de vidas no Brasil e rompeu com a cotidianidade das relações, uma vez que as formas de comunhão e vivência se transformaram. Protocolos sanitários foram implantados e os vínculos sociais tiveram que se adaptar. Isso também aconteceu dentro dos relacionamentos existentes nas aldeias e contextos não urbanos. A crise sanitária afetou os vínculos humanos e a pesquisa em Psicologia sobre esse fenômeno pode auxiliar no entendimento dos efeitos da pandemia no comportamento humano, nos costumes, crenças, tradições sociais. Este estudo, portanto, tem por objetivo analisar quatro artigos com maior relevância e que tratam sobre a saúde mental dos povos indígenas e a pandemia da COVID-19. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa com revisão bibliográfica. Os quatro artigos mostram formas de resistência dos povos indígenas à COVID-19. Historicamente, as populações indígenas são negligenciadas pelas teorias psicológicas que ainda não dão conta da complexidade das questões dos povos originários. Pesquisar uma temática com pouca literatura é pisar em um terreno desconhecido com suas adversidades e surpresas. São muitas as populações indígenas e cada uma tem sua própria etnia, cultura e língua. Assim, não se deve generalizar os impactos da pandemia e tampouco as contribuições da Psicologia para os muitos povos indígenas. O fazer psicológico deve estar comprometido com a população e considerar cada aspecto do Bem Viver indígena de cada população, para que não corra o risco de ser uma ciência generalista e com tão pouca efetividade para o bem-estar indígena.

Palavras - chave: Desastres Ambientais; Necropolítica; Psicologia Indígena; Saúde Mental.

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has claimed thousands of lives in Brazil and disrupted everyday relationships, as forms of communion and living have changed. Health protocols have been implemented and social bonds have had to adapt. This

¹ Graduada em Psicologia. Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

² Cientista Social, Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

³ Cientista Social, Doutor em Ciências Sociais. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Justiça da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

has also happened within relationships in villages and non-urban contexts. The health crisis has affected human bonds, and psychology research on this phenomenon can help understand the effects of the pandemic on human behavior, customs, beliefs, and social traditions. This study, therefore, aims to analyze four highly relevant articles that address the mental health of indigenous peoples and the COVID-19 pandemic. This research uses a qualitative approach with a literature review. The articles show ways in which indigenous peoples have resisted COVID-19. Historically, indigenous populations have been neglected by psychological theories that still do not account for the complexity of the issues faced by native peoples. Researching a topic with little literature is like treading on unknown ground, with its adversities and surprises. There are many indigenous populations, each with its own ethnicity, culture, and language. Therefore, the impacts of the pandemic and the contributions of psychology to many indigenous peoples should not be generalized. Psychological work must be committed to the population and consider each aspect of indigenous well-being in each population, so that it does not run the risk of becoming a generalist science with little effectiveness for indigenous well-being.

Keywords: Environmental Disasters; Necropolitics; Indigenous Psychology; Mental Health.

INTRODUÇÃO

A Pandemia da COVID-19⁴ vitimou milhares de vidas no Brasil e rompeu com a cotidianidade das relações, uma vez que as formas de comunhão e vivência se transformaram. Protocolos sanitários foram implantados e os vínculos sociais tiveram que se adaptar. Isso também aconteceu dentro dos relacionamentos existentes nas aldeias e contextos não urbanos. A crise sanitária afetou os vínculos humanos e a pesquisa em Psicologia sobre esse fenômeno pode auxiliar no entendimento dos efeitos da pandemia no comportamento humano, nos costumes, crenças, tradições sociais.

A Psicologia, em sua condição de ciência e profissão, tem, em seu Código de Ética, como princípio fundamental, a responsabilidade de olhar crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e todos os aspectos que envolvem o viver dos diferentes povos. Nesta perspectiva, segundo o artigo II do mencionado Código, o profissional “(...) psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 07).

De acordo com Martín-Baró (1996, p. 07), o profissional da Psicologia deve considerar a realidade em que está inserido, assim, a práxis “(...) profissional do psicólogo deve ser definida em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 07). Sendo assim, na tentativa de contribuir cada vez mais para o aprimoramento da atuação da Psicologia com as comunidades indígenas, historicamente vulnerabilizadas e invisibilizadas, propõe-se o estudo do Bem Viver como ferramenta para a construção de práticas mais respeitosas e que considerem a relação do ser humano com a natureza e com os outros. Ora, ao estudar a temática indígena não é possível generalizar as questões subjetivas, face à multiplicidade das culturas e povos indígenas; e por isso, a

⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021)

necessidade de pesquisas que abarque as diversas etnias e culturas originárias (re)existentes no interior do Brasil.

É importante lembrar que os povos indígenas no Brasil sofreram, ao longo de sua história, inúmeras injustiças e violências institucionalizadas. Seja pela negação de sua humanidade e cultura ou pela limitação do exercício de seus direitos, os povos indígenas ainda sofrem ocultamentos e invisibilização de vários aspectos de sua existência (DANTAS, 2014).

Ao realizar estudos sobre a saúde dos povos tradicionais, pode-se questionar a verticalização das ações em saúde, na medida em que os conhecimentos sobre bem-estar e adoecimentos são pensados fora da aldeia por não indígenas, o que pode comprometer a atuação dos profissionais da saúde dentro das comunidades. Ao inverter a lógica da construção de um conhecimento e de uma ciência verticalizada, podemos entender a real demanda indígena.

Se por um lado, a presença da Psicologia se faz importante nas comunidades, por outro tem-se uma falta desses profissionais na rede de assistência à saúde dos povos indígenas. Vianna, Cedaro e Ott (2012) ressaltam a contradição entre o número expressivo de indígenas no norte do Brasil contra o quantitativo reduzido de profissionais psicólogos atuantes na região Amazônica.

A nova política de saúde indígena não inclui de maneira efetiva os profissionais da psicologia, o que reforça a ausência de trabalhos empíricos e cronifica a ignorância a respeito da temática. A falta de subsídios para atuações assertivas de prevenção e promoção compromete de modo significativo o bem-estar dessas populações. Esse quadro se acentua, quando se trata de índios amazônicos, incluindo-se comunidades localizadas no Estado de Rondônia. Na Amazônia, paradoxalmente, vive o maior número de povos indígenas e o menor número de psicólogos. Com isso, qualquer profissional da psicologia que pretenda atuar em comunidades indígenas defronta-se com uma lacuna inquietante. (VIANNA, CEDARO, OTT, 2012, p. 24)

Necessário também trazer ao debate a Organização Mundial de Saúde (OMS), quando, ao definir saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”, esclarece a necessidade da harmonia entre questões de cunho social, político e econômico para a manutenção

da saúde física e psicológica (BRASIL, 2023). Ou seja, para a promoção, prevenção e recuperação da saúde é importante considerar todos os aspectos da vida do indivíduo.

A saúde psicológica, por sua vez, é relevante para o bem-estar individual, tal como o bem-estar social. Às comunidades indígenas, a saúde mental é entendida e nomeada de acordo com a cultura e visão de mundo de cada povo. Os povos originários percebem a saúde mental da sua própria maneira. Algumas comunidades indígenas utilizam o termo Bem Viver para nomear o bem-estar físico e mental.

O Conselho Regional de Psicologia (2016, p. 242) considera o bem viver como conceito fundamental para uma vida comunitária mais harmônica: “(...) centralidade do bem viver indígena pressupõe, no cotidiano, uma vida comunitária em harmonia com a natureza, simplicidade, reciprocidade, valorização da sabedoria dos anciãos, a experiência cotidiana do sagrado e a celebração da vida”. O bem-estar vinculado à harmonia social e ambiental pode gerar ferramentas de manejo terapêutico, a fim de que este possibilite a atuação profissional cada vez mais contextualizada e que só será possível a partir de estudos sobre essa dinâmica.

De forma semelhante, o que pode ser percebido ao estudar saúde mental dos povos originários é que este conceito prescinde da interlocução com conceitos indígenas correlatos, dentre eles, o Bem Viver. Sendo assim, para a Secretaria de Saúde Indígena (2019, p. 10), a saúde mental compreendida como Bem Viver indígena deve ir além dos processos de adoecimento: “(...) compreende-se que a saúde mental e psicossocial ou bem viver se referem a algo mais do que simplesmente a ausência de sofrimento ou doença, mas sim ao bem-estar ou bem viver individual, familiar e social-comunitário”.

Esta pesquisa terá como referência a Psicologia Social e Comunitária, visto as aproximações existentes entre os conceitos de comunidade e sociedade desta área de conhecimento com a vida cotidiana dos povos indígenas. É importante salientar que a construção da subjetividade das comunidades indígenas se vincula a vida social e comunitária.

A Psicologia Social foi pensada por alguns autores, dentre eles, Kurt Lewin (1890-1947). Essa abordagem psicológica comprehende a identidade como construção social por meio de processos sociais que lhe conferem sentido (BARROS; LAURENTI, 2000). Isso significa que a Psicologia Social também se preocupa em pesquisar e realizar intervenções em contextos de multiculturalidade e não urbanos, como é o caso das comunidades indígenas, o que a configura como uma vertente de pesquisa ideal para os objetivos do estudo.

A visão da Psicologia Social, embora não única, é primordial para embasar o estudo sobre sociedades que vivem e partilham da vida comunitária. Correia e Viana (2023, p. 2) entendem os processos identitários em sua condição de sentimento de pertença a determinado grupo e que fortalecem o bem-estar individual e social, ou seja:

(...) a identidade tem sido estudada sob diferentes perspectivas, variando de um enfoque psicológico, que pressupõe o indivíduo compreendido a partir de sua participação em grupos sociais, a análises sociológicas, cuja ênfase se dá nas relações intergrupais. Mais que isoladas, a articulação dessas perspectivas tem contribuído de forma significativa para compreensão da identidade. (CORREIA; VIANA, 2023, p. 2)

Outro campo de análise seria o estudo das políticas, diretrizes e normativas que compõem e norteiam os profissionais da saúde dentro do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS). É necessário pensar a dinâmica da rede de saúde específica dos povos originários aldeados e qual a eficácia desses programas para a saúde dentro das comunidades. Por exemplo, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.759/07, que trata sobre a saúde mental indígena no Brasil, estabelece diretrizes gerais para Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas, incluindo o respeito às tradições e processos de cura da comunidade enquanto ferramenta para a promoção do bem-estar comunitário. Considerar os saberes existentes dentro das aldeias é uma boa estratégia de fortalecimento das ações em saúde, contudo, será que isso é colocado em prática nas relações entre profissionais da saúde e os povos indígenas e até que ponto essas tradições são de fato consideradas e respeitadas?

Para entender como a Psicologia pode contribuir com a saúde mental dos povos indígenas, tem-se que pensar em que medida a COVID-19 afetou a saúde mental, afetiva, emocional das comunidades indígenas, e para tanto é necessária a vivência dentro das comunidades. É fundamental desnaturalizar os conhecimentos tradicionais da Psicologia e pensar a saúde mental no contexto histórico em que o sujeito está inserido, elaborando e efetivando sua existência em meio a relações sociais (CFP, 2022).

Assim, entender como as comunidades indígenas enfrentam um momento tão difícil de crise sanitária e quais foram as estratégias de enfrentamento pode contribuir com uma Psicologia inclusiva e criticamente envolvida com o universo indígena. Este estudo, portanto, tem por objetivo analisar quatro artigos com maior relevância e que tratam sobre a saúde mental dos povos indígenas e a pandemia da COVID-19. Visa então, conhecer o bem viver na integralidade da vida diária dos povos indígenas e verificar a possibilidade de construção de ferramentas a partir deste conceito para o manejo em Psicologia dentro e fora da comunidade. Trazer cada vez mais os conhecimentos tradicionais das populações indígenas para os meios de transmissão da ciência psicológica.

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRIA DA SAÚDE INDÍGENA

Os povos indígenas contam com o Subsistema de Atenção aos Povos Indígenas (SasiSUS) Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, criado pela Lei no 9.836/99, e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, criada pela Lei no 3.156/99 e que compõem a Sistema Único de Saúde (SUS). O SasiSUS tem por objetivo garantir o acesso dos povos indígenas à saúde de modo integral e em conformidade com suas tradições.

Dever-se-á obrigatoriedade levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico,

nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. (BRASIL, 1990)

Contudo, a preservação das tradições dos povos originários nem sempre foi uma preocupação para o Governo brasileiro. Aos povos indígenas eram destinadas políticas integracionistas, que objetivavam a assimilação forçada e sem considerar as particularidades das culturas destas comunidades ao restante do país. O Serviço de Proteção Indígena (SPI) por sua vez, foi uma tentativa de assegurar determinados direitos dos povos indígenas, contudo também tinha por missão a integração dos povos indígenas.

Visava tanto a proteção e integração dos índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais (Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910). Na base da unificação destas funções estava a ideia de que o 'Índio' era um ser em estado transitório. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou proletário urbano. Em 1918 o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918). Entretanto, mesmo com a separação, a premissa da integração pacífica dos índios continuou a basear a atuação do órgão. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2024).

Nesse sentido, ocorria uma espécie de paradoxo de tutela dos povos indígenas. Na perspectiva de proteger os povos indígenas, os serviços do SPI tinham forte teor integracionista. Era preciso então, transformar ou integrar as comunidades indígenas ao resto do país.

A política de administração dos índios pela União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI. Estes dispositivos, entretanto, partiam de uma noção genérica de 'Índio'. Não foram formulados critérios objetivos que pudessem dar conta da diversidade de situações vividas pelos povos indígenas no Brasil. Além disso, a atuação tutelar do SPI foi permeada pelas mesmas contradições presentes na fundação do SPILTN. Por um lado, visava proteger as terras e as culturas indígenas; por outro, a transferência territorial dos nativos para liberar áreas destinadas à colonização e a imposição de alterações em seus modos de vida. Esta situação foi chamada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira de "paradoxo da tutela" (1987). (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2024)

Quando o indígena é integrado ele não deixa de ser indígena, mas não é colocado em papel de destaque na sociedade em que foi adicionado - ele passa a ser nota de rodapé da própria história e este lugar de não existência gera sofrimento, o que se soma às desestruturações de processos culturais. Os povos originários passam por situações de vulnerabilidade que podem fragilizar a dinâmica social da comunidade, contudo, estes processos de vulnerabilização social, econômica e cultural, por serem fruto de políticas públicas ineficientes, não devem configurar razões suficientes para a tutelagem e retirada da autonomia.

CONCEITO DE BEM VIVER E DECOLONIALIDADE

Para o estudo da saúde mental indígena, faz-se necessária a compreensão do termo Bem Viver, visto que este é o conceito que mais se adequa aos objetivos do estudo. Algumas comunidades não utilizam, em seu cotidiano, a palavra saúde mental; contudo, em seu meio, há processos de promoção de saúde que culminam em bem-estar. Entender as cosmologias do viver indígena prescinde aproximar os termos, sendo saúde mental um termo não indígena e que ainda está distante das concepções de bem-estar das populações originárias, a opção mais correta seria o Bem Viver.

Quando se trata dos povos indígenas, os sentidos encontrados no termo Bem Viver se encaixam melhor na forma como entendem os processos de adoecimento mental. Assim, quando a Psicologia é chamada para contribuir com as demandas psicológicas das comunidades, deve considerar e estabelecer diálogos interculturais e metodologias que façam sentido para as populações indígenas, posto que “(...) os significados sociais e individuais conferidos à experiência do sofrer estão diretamente relacionados àquilo que cada sociedade considera como sofrimento” (BRASIL, 2019, p. 17).

Ao passar pela Pandemia da COVID-19, as comunidades indígenas tiveram que se adaptar, em face do isolamento social e das medidas de proteção à

disseminação do vírus. Indígenas e não indígenas são suscetíveis a casos de vírus desconhecidos, contudo os povos originários apresentam situações de vulnerabilidade a doenças, visto suas condições sociais, econômicas diferentes dos não indígenas, o que amplifica o potencial de disseminação de doenças.

Ora, não é somente o conhecimento do não indígena que é válido. Os rituais de cura, com dança, canto e celebrações, possuem capacidade de manutenção do bem-estar e saúde psicológica, visto sua importância para a construção de simbolismos. Segundo informações no *site* da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), estratégias de contenção e prevenção ao vírus foram realizadas pelos próprios indígenas. “Guaranis, kaingangs e outras etnias têm se unido para formar uma rede de apoio em meio à crise. Essa rede tem sido responsável por disseminar informação nas línguas indígenas e de lançar campanhas de arrecadação financeira e de alimentos para as aldeias” (SIPAD, 2023)

Quer dizer, ao serem confrontados com uma crise sanitária de nível global, totalmente desconhecida e altamente letal, as comunidades indígenas não ficaram inertes, foram à luta, como sempre fazem, e, com recursos limitados, conseguiram superar mais uma Pandemia, uma das muitas que compõem a sua história. Os povos indígenas existem e não podem ser obrigados a se integrar ao mundo não indígena, por isso, a inevitabilidade da imersão da Psicologia Brasileira nas aldeias e comunidades originárias.

RELAÇÃO DA PSICOLOGIA COM A SAÚDE INDÍGENA

A Psicologia no Brasil foi regulamentada pela Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, tendo por responsável pelo acompanhamento da profissão no país o Conselho Federal de Psicologia em conjunto com seus Conselhos Regionais, criados pela Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

É uma profissão que, em seu início, esteve muito atrelada a testes psicológicos para a aferição das capacidades intelectuais dos estudantes e profissionais da época, ou seja, uma ciência tecnicista servindo aos interesses do sistema capitalista. A

Psicologia enquanto ciência surgiu no interior de uma sociedade branca, euro centrada, classe média, visando atender demandas pertinentes dessa sociedade. (LACERDA, 2013, p. 220)

No período de autonomização da psicologia brasileira, o que predominou foi um conjunto de estudos que, no início do século XX, buscavam contribuir com a modernização e a manutenção da ordem social brasileira. A psicologia abordava temas como o tratamento das doenças mentais, a formação “moral” do ser humano e a manutenção da “higiene mental”. Por isto, entre os precursores da psicologia, estavam médicos, educadores e outros profissionais que faziam parte do movimento higienista e/ou importavam teorias marcadas pelo racismo científico e buscavam uma saída “moderna” para o país. (LACERDA, 2013, p. 220)

Contudo ao adentrar nas sociedades com uma multiplicidade de culturas, povos, classes, religiões, etnias, existentes dentro da sociedade brasileira a Psicologia necessitou se adaptar e se estruturar na tentativa de dar conta das demandas.

O encontro com a diversidade trouxe demandas psicossociais para o homem ocidental, por um lado, por gerar formas específicas de inquietação, de confusão, de dispersão e de medo—afetos com os quais os psicólogos precisam lidar no seu dia a dia—por outro lado, o encontro com a diversidade permitiu aberturas, combinações, novidades, possibilidades de escolha até então inexistentes. (CRP SP, 2016, p. 183)

A partir deste histórico, a Psicologia deve caminhar para a construção de uma práxis envolvida com as comunidades. Feita e pensada com os povos indígenas, uma Psicologia construída no interior das comunidades em conjunto com os profissionais. Uma Psicologia Endógena e Indígena.

Atualmente, o que se percebe é um movimento de construção de formas de atuação frente às várias populações atendidas e entre elas estão as comunidades indígenas. A Psicologia vem se especializando e uma Psicologia Indígena está sendo pensada e construída a cada dia. O reconhecimento do Outro implica na construção de conhecimento, visto que a comparação entre as diferenças resulta processos de conhecimento. (CRP SP, 2016, p. 183)

É preciso pensar na construção de uma teoria psicológica que consiga suprir as demandas da população indígena, uma Psicologia voltada para questões que

atravessam o plano individual e leve em consideração as lutas sociais, territoriais, identitárias e políticas do viver indígena e que impactam nos processos de subjetivação destes atores.

EU SOU ONDE ESTOU: NECROPOLÍTICA, TERRITÓRIO E SAÚDE INDÍGENA

Necropolítica é um termo pensado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2011). Seu conceito de necropolítica “(...) define a política, a partir do grupo soberano de poder que dela usufrui, como meio para exercer o direito de matar e/ou deixar morrer (...).” (MONDARDO; CAPARRO, 2022, p. 3) Necropolítica é, então, exercício de quem vai morrer e viver. Dessa forma podemos pensar que para existir um Estado precisa produzir ininterruptamente zonas de morte.

Ao tratar da COVID-19 em seus anos iniciais (2020 e 2021), tem que se considerar as políticas de governo voltadas para o enfrentamento da pandemia. Ora, na época em que surgiu a COVID-19, medidas como isolamento social, uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs (máscaras, álcool em gel), apesar de serem essenciais para a sobrevivência foram encaradas como medidas exageradas por alguns líderes. O então presidente do Brasil assumiu uma postura de negação da Pandemia, além de recomendar o uso de cloroquina e ivermectina, ambos sem comprovação científica de eficácia.

Da mesma forma, a necropolítica do Governo em tempos de pandemia evidencia a postura extermínadora de culturas indígenas ao negligenciar as comunidades e propagar informações falsas.

Políticas de “morte” aliadas ao ideário de progresso e desenvolvimento culminam em planos de Governo integracionista. Um exemplo disso é a tese jurídica do Marco Temporal e que define que os povos originários só têm direito aos territórios que ocupavam (ou pelos quais lutavam) na data em que foi promulgada a Constituição Federal, em outubro de 1988.

Assim, pensando em formas de resistência, enfrentamento e valorização dos saberes dos povos originários, tem-se ferramentas como o bem viver. Pesquisar bem

viver e saúde mental das populações originárias é mergulhar em um universo muito próprio e singular. Cada comunidade apresenta sua idiossincrasia e suas tradições. Contudo, é inevitável que a existência indígena possua relação com o território. O território torna-se local de subjetivação para a maior parte dos povos indígenas. O Marco Temporal é uma ameaça aos processos de subjetivação dos indígenas, visto que torna insegura a garantia à terra.

Isto posto, uma categoria que necessita ser analisada quando se estuda a (re)existência indígena é o território. A saúde mental indígena envolve a dinâmica social, política e econômica que afeta a existência destas populações. No caso dos povos indígenas a dimensão territorial e espacial contribui para a manutenção da saúde ou adoecimento, dependendo dos conflitos vividos nessa espacialidade. O território é local de dinâmicas sociais e de poder que influenciam diretamente seus indivíduos. Conflitos e disputas territoriais, problemas econômicos e todas as desordens que podem acontecer dentro do território, acarretam alterações nas vivências da população.

Compreender como as relações espaciais e de espacialidade revelam o espaço territorial e dos próprios sentidos de ser e estar no mundo é uma tarefa da Psicologia Brasileira (ALMEIDA, 2020). São territórios existenciais, de vida, permeados pela mediação simbólica e material, na qual se dá o encontro de lugar e território. Milton Santos (2003, p. 96) nos diz que território é “(...) fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A disputa pelo território é também uma luta pelo bem-estar, em razão da importância da terra para a construção da subjetividade das populações indígenas. Assim, ao estudar a saúde mental dos povos indígenas, devemos levar em consideração o Bem Viver e noções de território, bem como os conflitos que acontecem nesses locais.

Visando preservar a própria cultura e ao mesmo tempo tentando integrar as novidades do mundo não indígena, os povos tradicionais têm que construir espaços e territorialidades como forma de sobrevivência. Isso impacta diretamente o bem viver, uma vez que este prescinde de um local preservado e respeitado para ser construído

e vivenciado. Território, logo, torna-se uma possível categoria de análise no estudo sobre o bem-estar psicológico das comunidades indígenas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, uma vez que esta perspectiva permite compreender o fenômeno com melhor clareza, o contexto em que ele ocorre e do qual é parte (GODOY, 1995). Em relação à finalidade, este estudo caracteriza-se como exploratório, pois “busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa” (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 80). Em relação aos procedimentos técnicos, ela se classifica como pesquisa bibliográfica, a qual Gil (2002) assim define:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002 p. 44)

Para sistematização e organização dos dados recorreremos à técnica de Análise de Conteúdo, utilizando os pressupostos formulados por Laurence Bardin (2011). Como fontes de dados e visando atender o objetivo desta pesquisa, consultamos a lista de bases e coleções do portal de Periódicos CAPES. O acesso se deu via Comunidade Acadêmica Federada – CAFé, utilizando usuário e senha do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, que nos permitiu usufruir de um convênio que a Universidade Federal de Rondônia – UNIR (assim como outras instituições de ensino superior) mantém com a CAPES, para termos acesso ao acervo e buscar o tema deste trabalho que é Saúde Mental, Bem Viver e Psicologia.

Foram utilizadas as palavras-chave: Saúde Mental; Bem Viver; Psicologia Brasileira; Psicologia Indígena, com corte temporal de 2014 a 2024 para artigos em português. Selecionou-se 4 artigos que tinham pertinência com a temática e a partir deles foram construídos categorias de análise.

Quadro 1 - Artigos

N	TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORES	REVISTA
1	“Nosso direito de existir”: da necropolítica de estado às estratégias dos povos indígenas de enfrentamento à pandemia da COVID-19	2022	Marcos Leandro Mondardo Roberto Lopes Chaparro	GEOGRAFIA ENSINO E PESQUISA
2	Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários	2024	Débora da Silva Noal Luiz Felipe Barboza Lacerda Camila Pinheiro Medeiros Renato Antunes dos Santos Ytanajé Coelho Cardoso Lara Gonçalves Coelho Beatriz Schmidt	ESTUDOS DE PSICOLOGIA
3	A ecopoética indígena como emancipação pós-humana: notas sobre a representação do eu-outro na era da degradação	2024	Cimara Valim de Melo	ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
4	Percepções sobre o uso de álcool em uma comunidade indígena potiguar	2022	Ivan Farias Barreto Magda Dimenstein Jáder Ferreira Leite	PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA

Fonte: Os autores, 2024.

A partir da leitura dos artigos selecionados, foi possível construir linhas de análise e discussão acerca das vivências dos povos indígenas frente os desastres enfrentados. Foram escolhidos os artigos mais atuais e com maior pertinência e construídas 3 categorias analíticas: 1 - Formas de resistência na Pandemia; 2 - Atuação da Psicologia nos sofrimentos dos povos originários; 3- As fortalezas do Bem

Viver.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados quatro artigos que tinham pertinência com a temática do estudo. O artigo 1 faz uma análise sobre as ações de enfrentamento à COVID-19 realizadas pelos povos indígenas - Guarani, Kaiowá e Terena - em Mato Grosso do Sul. O artigo 2, por sua vez, aborda o processo de construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver dos povos originários afetados, a partir do trabalho em colaboração entre etnias indígenas e equipes de políticas públicas de saúde.

O artigo 3 trata sobre a produção poética indígena brasileira contemporânea do período da pandemia de COVID-19 levando em consideração o imbricamento natureza cultura. De maneira igual, o artigo 4 examina os sentidos atribuídos ao consumo de álcool e às estratégias de cuidado de um grupo indígena do Rio Grande do Norte.

Os artigos mostram formas de resistência dos povos indígenas à COVID-19. O artigo 1 analisou 159 notícias relacionadas a pandemia e povos indígenas, sendo encontradas 195 situações pertinentes ao tema. Pode-se perceber, que as ações autônomas dos indígenas representaram 15,8% das ações de enfrentamento, mostrando-se mais frequentes que as próprias ações do Governo e da justiça. Isso significa que os povos tradicionais não ficaram inertes, tentaram se proteger da forma que podiam e com os recursos que tinham à disposição, embora pouco se soubesse da doença.

Assim, segundo MONDARDO E CHAPARRO (2022, p.17) “a ausência de um plano que direcionou de forma centralizada e objetiva as ações de enfrentamento à pandemia por parte do poder público, diluindo-se em ações dispersas e ‘emergenciais’”, configuraram uma realidade de descaso por parte do Governo.” Essas tentativas de autossabotagem do próprio governo analisadas no artigo 1, exemplificam a noção de necropolítica e Estado Suicidário, por meio da não atuação ou a adoção de medidas ineficazes por parte do Governo de Mato Grosso do Sul para a contenção da Pandemia e proteção dos indígenas.

Isso se evidenciou a partir dos problemas elencados no quadro 4 do estudo, são eles: Problemas na Saúde Indígena, dificuldade no acesso a água, dificuldades no acesso a EPI's, negligências do poder público, situações de insegurança alimentar, desinformação quanto a doença, situações de racismo, precariedades crônicas, entraves da Justiça, necessidade de ir a cidade em busca de alimentos, aspectos culturais do modo de vida, comorbidades crônicas, divergências apontadas na divulgação dos dados oficiais. A maior parte desses problemas tem relação com a falta de estratégia do Governo.

Destruindo os dispositivos que chegam até os povos originários, dispositivos estes que compõe a si próprio, o Estado destrói partes de si, partes que o compõem, e caminha para um definhamento. Estas são características que tornam o funcionamento do Estado brasileiro em um Estado Suicidário. (MONDARDO E CHAPARRO, 2022, p. 20)

O artigo 2, por outro lado, mostra propostas de intervenções e de construção de cuidados aos povos indígenas no estado da Bahia. Foram avaliados registros de reuniões, um curso de formação para profissionais de saúde indígena e três documentos de referência. A Bahia foi atingida por inundações intensas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, e que afetaram gravemente os povos indígenas das etnias Pataxó, Pataxó Hähähäe e Tupinambá.

Embora este artigo não estude a temática da COVID-19, convida a refletir sobre os inúmeros desastres que os povos indígenas passam. Os povos tradicionais sofrem em razão das vulnerabilidades sociais que vivenciam. Dessa forma, devido “(...) ao legado de exclusão e desigualdade, os povos indígenas tendem a ser mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e aos riscos de desastres socionaturais. (NOAL et al., 2024, p.2)

Contudo, assim como visto no artigo 1, os povos tradicionais da Bahia resistiram. Foram construídos, em conjunto com as etnias indígenas e as equipes de políticas públicas de saúde (técnicos do Ministério da Saúde, equipe de desastres e emergências em saúde pública vinculada à Fiocruz) documentos de referência, além da formação de grupos de trabalho e reuniões para discussão e elaboração de linhas

de cuidado para o enfrentamento das enchentes. Essa movimentação do Governo evidencia certa preocupação e cuidado com a saúde dos povos indígenas. Apesar das enchentes da Bahia terem atingido um contingente menor de pessoas se comparada a Pandemia, representou um desastre de grande dimensão para a população da Bahia, em especial os povos indígenas.

A cultura de Bem-Viver, focada na espiritualidade, territorialidade, coletividade e ancestralidade indígena convida a um olhar estratégico que possibilite prevenir, preparar e mitigar o acontecimento dos eventos extremos. Nesse sentido, as políticas públicas devem focar no avanço da garantia e da segurança de seus territórios, bem como em políticas de apoio ao (etno) desenvolvimento territorial dessas comunidades, a fim de salvaguardar a manutenção de sua vida em suas localidades e, também, avançar na implementação de programas específicos de saúde e educação que respondam efetivamente às demandas desses povos. (NOAL et al., 2024, p.2)

Ao considerar as políticas de Governo que focam no desenvolvimento econômico em desfavor da vida, verifica-se a configuração de um Estado Suicidário, que destrói sua própria população em prol de ideais de crescimento.

Essa postura adotada pelo governo federal em priorizar a economia ante vidas humanas é presente em diversos discursos públicos do chefe do executivo federal. Em um Estado que serve ao neoliberalismo, ao agronegócio e à elite econômica, na crise sanitária e todas as decisões políticas que ela desencadeou, transparece que os desfavorecidos socialmente (pobres, indígenas e negros) serão sempre corpos sacrificáveis pelo governo necropolítico. (MONDARDO E CHAPARRO, 2022, p. 20)

O artigo 1 elenca uma série de ações das comunidades indígenas que evidenciam as formas de cuidado, autoproteção e resistência ao necropoder. Na ausência do Estado, surgiram ações importantes para a manutenção da vida indígena, tais como: Fiscalização e triagem de carros e pessoas que entram e saem da aldeia (foram utilizados paus, arame e faixa); utilização de equipamentos de proteção, indígenas controlaram o acesso à reserva e se revezam dia e noite na barreira; os veículos que passavam eram desinfetados e a temperatura corporal das pessoas é aferida, além da produção, dentro das aldeias, de máscaras.

O artigo 3 analisa a arte produzida por povos indígenas durante a pandemia. A produção artística também representa resistência, na medida em que é produzida pelo pensamento crítico de dada realidade. Segundo Melo (2024), a ecopoética está presente nas produções indígenas do século XXI e permite a junção do eu-outro antes separados pela ideia do *nós* (humanos) e *e/les* (não humanos).

A arte poética, nos momentos de crise mais profunda já experienciada pela humanidade, tem se articulado como enfrentamento. Ela ergue-se política e ideologicamente; manifesta-se abrindo caminhos para além dos que lhe são dados, enrijece em sua matéria corpórea, silencia-se em resistência. (MELO, 2024, p. 2)

A arte é também renascimento em tempos de crise. A pandemia foi provocadora de inúmeros danos, dentre eles a perda da memória coletiva. Sendo assim, os processos criativos não “(...) apenas enquanto arte que sobrevive historicamente à dominação, mas que renasce de séculos de opressão e se integra às cosmogonias ancestrais, a literatura indígena carrega em si o compromisso ético e ecopolítico, que se constrói pela essência pós-humanista pós-antropocêntrica.” (MELO, 2024, p. 2) Arte, território e comunidade se misturam e possibilitam a criação de interlocuções subjetivas, promovendo Bem Viver nas sociedades indígenas.

O sofrimento humano é intrínseco e sua forma de enfrentamento também é particular, dependendo de cada sociedade e indivíduo. Assim, ao passar por momentos de dor, perda e desespero, os povos indígenas, de forma igual aos não indígena, acabam criando ferramentas não tão saudáveis de resistência. É o que trata o artigo 4, quando esclarece as motivações para o uso indiscriminado de álcool nas aldeias. Durante a análise dos dados, os autores construíram 3 grandes eixos analíticos e um deles refere-se ao uso de álcool durante a pandemia.

Constatou-se que o uso de álcool na comunidade tem sido marcado por movimentos históricos que alteraram os modos de existência e limitaram o acesso às terras tradicionalmente ocupadas. A ingestão de álcool apareceu como fenômeno naturalizado, associado a problemas sociais e de saúde que são agravadas pela desassistência pública percebida pela comunidade. (BARRETO, et al, p. 2, 2022)

Percebe-se que o uso de álcool dentre as comunidades indígenas representa uma tentativa de fuga da realidade. Em grande medida, esta problemática é produzida por inúmeros sofrimentos, dentre eles: perda de referenciais identitários, alterações no modo de vida, precarização da qualidade de vida e saúde, marginalização social e discriminação racial. Ao vivenciar a Pandemia, estas problemáticas se tornam mais evidentes e graves.

CATEGORIA 1- FORMAS DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA

Os quatro artigos retratam as formas de resistência dos povos originários. Seja pela proteção concreta por meio da construção de barreiras sanitárias e uso de equipamentos de proteção individual, seja pela construção de ferramentas subjetivas de enfrentamento tais como poesia e literatura.

Todos os processos de resistência vistos nos artigos demonstram a fortaleza das culturas indígenas brasileiras. Dessa maneira, dialogando “(...) com a etnografia, o testemunho histórico, a resistência política e o ativismo socioambiental, a literatura produzida por representantes contemporâneos dos povos ancestrais tem se destacado nos últimos anos como importante corpus de “criação literária” (MELO, 2024, p. 3)

Resistir é, em grande medida, existir. Ao se recusarem a se integrar à cultura não-indígena, os povos tradicionais permanecem e se fortalecem em seus processos cotidianos.

CATEGORIA 2 - ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS SOFRIMENTOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A Psicologia Indígena envolvida com as comunidades tradicionais, deve também perceber as contribuições dos saberes indígenas. Ao valorizar conceitos como o Bem Viver, subjetividade coletiva, saberes ancestrais e processos de territorialidade, a Psicologia pode se fortalecer e descobrir novas formas de manejo para cada comunidade.

É o que pode ser visto no artigo 2, uma vez que, ao traçar linhas de cuidados junto aos povos indígenas, promove-se a valorização dos saberes e o fortalecimento dos vínculos entre comunidade e Psicologia. Contudo, os autores do artigo 4 evidenciam que as ações da Psicologia, em grande medida, tem restrição devido ao baixo número de profissionais e pela distância entre as aldeias e os Polos-Base que desfavorece uma atuação baseada na diversidade sociocultural dos povos autóctones. (BARRETO, et al, p. 2, 2022)

É fundamental a assimilação, por parte de profissionais e gestores de saúde, que da mesma forma que se estruturam práticas centradas nas ciências médicas convencionais, as comunidades indígenas possuem há séculos seus conhecimentos que aportam compreensões locais sobre corpo, saúde e doenças, os quais devem ser considerados e incorporados na construção das abordagens de cuidado. (NOAL et al., 2024, p.10)

Traçar estratégias de cuidado singulares não é uma tarefa simples, ainda mais quando se trata da pluralidade de comunidades, mas o diálogo estabelecido pode ser um caminho para intervenções psicológicas não autoritárias e respeitosas.

CATEGORIA 3: AS FORTALEZAS DO BEM VIVER

As concepções de Bem Viver são múltiplas, depende de cada comunidade, contudo, apresentam significado em comum: o viver comunitário e a espiritualidade como promotores de bem-estar. Seja de forma direta ou indireta, os quatro artigos tratam sobre o Bem Viver. O artigo 1, por exemplo, ao mencionar formas de enfrentamento da necropolítica utiliza de conceitos do Bem Viver para reafirmar a importância da existência coletiva.

As ações de autonomia (auto-organização) e autogestão dos indígenas em seus territórios reafirmam a conexão que possuem com a Terra-Vida, mesmo diante de um Estado que insiste em negar esse direito. Além do mais, é possível verificar a capacidade de articulação de suas ações, nas múltiplas escalas espaciais, presentes nos âmbitos municipais, regionais, estaduais e nacional. A luta se mostra presente seja nos espaços físicos, como no interior dos territórios tradicionais, nas instituições, na política, nos âmbitos de narrativas e espaços virtuais.(MONDARDO E CHAPARRO, 2022, p. 20)

A, ecopoética, por sua vez, é produzida por uma subjetividade coletiva em comunhão com a espiritualidade. Sendo assim, o artigo 3 não só menciona o Bem Viver diretamente como também o traz em sua análise das produções literárias indígenas. A ecocrítica produz rupturas com os padrões colonialistas de poder, trazendo novos sentidos para a relação humano e natureza. Nos momentos de crise ambiental surgem novas formas de expressão das culturas indígenas.

Em sua composição intercultural, tal ideia vai ao encontro das demandas por igualdade e justiça social, assim como pelo diálogo intercultural entre povos, suas formas de conhecimento e modos de vida, o que a torna um elemento a ser perseguido pelos povos nativos em sua luta pela preservação de valores ancestrais, em prol de uma existência social alternativa. (MELO, 2024, p. 3)

Pensar na Psicologia Indígena é considerar que existem variadas etnias com suas particularidades, vivências, processos de significação e sofrimento. A COVID-19, bem como os diversos desafios e desastres enfrentados pelos povos originários ao longo da história, são exemplos de resistência e existência dessas coletividades, que apesar de colocadas em situações de vulnerabilidade, permanecem e se fortalecem em suas próprias cotidianidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as populações indígenas são negligenciadas pelas teorias psicológicas que ainda não dão conta da complexidade das questões dos povos originários. Apesar disso, tem-se uma movimentação importante no sentido da aproximação da Psicologia nos espaços indígenas, isso se verifica com a publicação recente do livro do CFP. Este livro é de 2022 e foi construído em conjunto com psicólogas (os) indígenas e demonstra que estão acontecendo aproximações para a construção de modos de fazer psicológico no contexto indígena.

Pesquisar uma temática com pouca literatura é pisar em um terreno desconhecido com suas adversidades e surpresas. Ora, falar sobre a Psicologia e saúde mental indígena é um desafio e quando se trata de um tema tão pioneiro quanto a COVID-19, tem-se um abismo a enfrentar. Contudo, estudos com essas temáticas

são de extrema relevância, e se considerarem os saberes dos povos originários, geram resultados positivos para a compreensão de saúde mental indígena.

Não devemos generalizar o viver indígena. Corremos o risco de sermos simplistas, reducionistas e preconceituosos se pensarmos o existir indígena como igual em todas as aldeias. São 305 etnias no Brasil e cada uma existe de forma diferente. Os processos de subjetivação não são iguais, mas alguns aspectos da vivência indígena convergem entre si. Um deles está presente nas concepções de território e sua importância na construção psíquica dos povos originários. Outro conceito de grande relevância para muitos povos é o Bem Viver, que também atravessa o cotidiano dos povos indígenas.

Ao longo da pesquisa foi possível vincular as disputas e conflitos sobre o território ao adoecimento mental das populações indígenas. A incerteza da seguridade de um território culmina em um adoecer simbólico e subjetivo, posto que a subjetividade do ser indígena está vinculada à terra. A Psicologia, na condição de ciência que estuda o comportamento humano, está relacionada com os conceitos de território e suas derivações, visto que as relações humanas são formatadas espacialmente, ou seja, acontecem em determinado lugar e tempo e são influenciadas por esses elementos.

Com a análise dos dados coletados foi possível perceber que há um grande caminho a ser percorrido pela Psicologia, mas passos estão sendo dados. A psicologia pode e deve contribuir com o bem-estar psicológico dos povos originários, respeitando e adaptando suas técnicas e intervenções às idiossincrasias das diferentes populações e povos originários.

São muitas as populações indígenas e cada uma tem sua própria etnia, cultura e língua. Assim, não se deve generalizar os impactos da COVID-19 e tampouco as contribuições da Psicologia para os muitos povos indígenas. O fazer psicológico deve estar comprometido com a população e considerar cada aspecto do Bem Viver indígena de cada população, para que não corra o risco de ser uma ciência generalista e com tão pouca efetividade para o bem-estar indígena.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. (2020). Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. **Ateliê Geográfico**, 14(2), 91–111. Disponível em:
<https://doi.org/10.5216/ag.v14i2.64350>. Acesso em: 07 mar. de 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, M. N. F.; LAURENTI, C. Identidade: questões conceituais e contextuais. **Revista de psicologia social e institucional da Universidade Estadual de Londrina**, v. 2, n. 1, 2000. Disponível em:
<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BARRETO, I. F.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. Percepções sobre o uso de álcool em uma comunidade indígena potiguar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 38, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/LSVsfHYmcHxFxG9pCDcQ4Nb/?lang=pt>. Acesso em 03 fev. 2025.
- BATISTA, M. Q; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 4, p. 403-414, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2699/2/20460878.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- _____. Ministério da Saúde. 05/8 – **Dia Nacional da Saúde**. 2023. Disponível em: conceito de saúde (oms pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicossocial aos povos indígenas**: tecendo redes para promoção do bem viver / Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Brasília: Ministério da Saúde: 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Atenção psicossocial aos povos indígenas**: tecendo redes para promoção do bem viver / Ministério da Saúde,

Secretaria Especial de Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Atencao_Psicossocial_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em 08 abr. 2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento De Atenção à Saúde Indígena. Coordenação-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena. **Documento orientador sobre a gestão da atenção psicossocial nos DSEI**. Brasília, DF: 2014.

_____. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. BRASÍLIA: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CFP. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 10 jan. 2023.

_____. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/016-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologos-com-Povos-Tradicionalis.pdf>. Acesso em 02 dez. 2022.

CRP - 6. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO—CRP-6. **Povos indígenas e psicologia**: A procura do bem-viver. In: GODOY, D. B. O. A. Vozes do Brasil: Diferentes identidades, um devir intercultural?. p. 110-123, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Nyjz4JqGFPuGAW3tEMuOhE5Ik69tGb_I. Acesso em: 02 jan. 2023.

CORREIA, S. B.; VIANA, L. M. M. Identidade indígena: olhares a partir da Psicologia Social. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 35, 2023.

DANTAS, F. A. de C. Descolonialidade e direitos humanos dos povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, [S. I.], v. 23, n. 53/1, p. 343-367, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1621>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 20 mar.2023.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Tenerife: Melusina, 2011.

MELO, C. V. A ecopoética indígena como emancipação pós-humana: notas sobre a representação do eu-outro na era da degradação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 72, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/WWVhbMVsb6DJfZx9x65t4Gp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar.2023.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é a Covid-19? 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus#:~:text=A%20Covid%2D19%20%C3%A9%20uma,transmissibilidade%20e%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20global>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MONDARDO, M. L.; CHAPARRO, R. L. “Nosso direito de existir”: da necropolítica de estado às estratégias dos povos indígenas de enfrentamento à pandemia da COVID-19. **Geografia Ensino & Pesquisa**: Santa Maria, v. 26, p. e19-e19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/66664>. Acesso em: 20 out. 2024.

NOAL, D. S., LACERDA, L. F. B., MEDEIROS, C. P., SANTOS, R. A., CARDOSO, Y. C., COELHO, L. G., & SCHIMIT, B. (2024). Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. **Estudos de Psicologia**: Campinas, 41, e230096. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/rZW4GmTJFxDthbG3TfkJ8jN/>. Acesso em: 20 out. 2024.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. 2024. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o-aos-%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o-aos-%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 24 out. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE INCLUSÃO, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE. Povos indígenas e o COVID-19: ações diante da pandemia. 2023. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/povos-indigenas-e-o-covid-19-acoes-dante-da-pandemia/>. Acesso em 10 mar. 2023.

VIANNA, J. J. B., CEDARO, J. J., OTT, A. M. T. (2012). Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. **Psicologia & Sociedade**, 24 (Psicol. Soc., 2012 24(1)), 94–103. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kQRdJdV8KPCmSXKx6MJpm4s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2013.

YANOMAMI, D. K. **COVID-19 e os Povos Indígenas**. SOCIOAMBIENTAL, 2002. Disponível em: https://covid19.socioambiental.org/?gclid=Cj0KCQjw-JyUBhCuARIsANUqQ_JrijJRjh8dSNHkyKr6tscd5Su7eo-T4kOiwRII_vxVzDLKsiiXhMlaAiJNEALw_wcB. Acesso em: 10 jan. 2023.